



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICAS
ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, FUNDAMENTAL
E MÉDIO DO ESTADO DA BAHIA -REGIONAL CENTRO-OESTE
DELEGACIA SINDICAL DO SOL - APROMUJE

CNPJ: 14.029219/0001-28
Considerada Entidade de Utilidade Pública pela Lei nº 02254/65 e Leis Municipais
Fundada em 24 de abril de 1952 - Transformada em Sindicato em 1989.
www.aplbsindicato.org.br

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020: É PRECISO ESCLARECER ALGUNS EQUÍVOCOS QUE ESTÃO NAS PROPOSTAS DE GOVERNO E DISCURSOS DE ALGUMAS CANDIDATURAS À PREFEITURA DE JEQUIÉ:

3º EQUÍVOCO: A POLÍTICA DE REAJUSTE DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES NÃO É CONDIZENTE COM A CAPACIDADE FINANCEIRA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

Atualmente, a Lei Federal 11.738/2008 determina a forma do cálculo do reajuste do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, que deve ser atualizado, anualmente, no mês de janeiro. O aumento deve considerar o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do Ensino Fundamental urbano, do Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), nos dois exercícios imediatamente anteriores.

Alguns gestores vêm apontando há tempos que atrelar o cálculo do reajuste anual do Piso Salarial dos professores ao crescimento do valor aluno/ano do Fundeb não se enquadra na capacidade financeira das Prefeituras. Os prefeitos alegam que, por esse motivo, não conseguem pagar o Piso Salarial aos professores das redes municipais. Uma parcela dos prefeitos brasileiros, por ignorar a importância do Piso Salarial na carreira profissional do magistério, defende a extinção definitivamente da Lei do Piso ou a sua modificação para limitar a "valorização do magistério" à taxa de inflação anual.

A política de valorização do salário do magistério não pode ser limitada pela taxa de inflação, pois ela existe justamente para corrigir uma distorção histórica. Aquilo que prefeitos e governadores apontam como um "absurdo" ainda está longe de equalizar as desigualdades na educação. O que sempre faltou, é dinheiro.

O salário decente para professores é uma política que sempre foi desprezada pelos arautos das reformas educacionais ultraliberais, gente que acredita que aumentar um ponto no Ideb é o mesmo que melhorar a educação. Nessa visão tacanha, pagar melhor ao professorado custa bem mais do que outras políticas educacionais que possam estar a serviço de interesses de grupos econômicos. A conclusão óbvia é que a valorização salarial do magistério – profissão majoritariamente feminina – é geralmente relegada ao último plano.

É preciso determinação e compromisso com a educação por parte do gestor público que vier a assumir a Prefeitura de Jequié para entender que não haverá educação de qualidade se não houver professores e funcionários trabalhando com um salário decente. A melhoria da remuneração dos professores faz parte do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME), leis que têm metas destinadas aos docentes no sentido de garantir que seus rendimentos sejam equiparados aos demais profissionais com escolaridade equivalente.

O PISO DO MAGISTÉRIO É INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL E PRECISA SER RESPEITADO PELOS GESTORES PÚBLICOS.